

## COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA ESCOLA: TÃO IMPRESCINDÍVEIS QUANTO OS CONTEÚDOS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS, UM REQUISITO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

Givanildo Melo dos Santos<sup>1</sup>

José Fernando da Silva Alves<sup>2</sup>

Orientadora: Maria Aparecida Dantas Bezerra<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre algumas concepções a cerca do currículo escolar e das competências socioemocionais da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), buscando compreender sua importância para a construção de uma formação integral e suas implicações nas práticas pedagógicas escolares em sala de aula. Para isso foram analisados livros, documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e artigos produzidos, que abordam o assunto em tese. O trabalho qualifica-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Faz uma breve incursão pela história sobre o currículo, buscando compreender as decisões que os envolve, aponta elementos que os une à BNCC e trata das competências socioemocionais como parte essencial para a formação integral do estudante.

**Palavras Chave:** Currículo. Base Nacional Curricular Comum. Competências Socioemocionais.

### INTRODUÇÃO

A educação, cada vez mais, precisa enxergar as pessoas em sua totalidade. Compreender que os processos pedagógicos escolares, precisam ultrapassar os limites dos conteúdos e das práticas, e, considerar o estudante a partir de sua multiplicidade de valores. Entender que o ser humano é o que é, ou o que apresenta ser, devido a um conjunto de características, intrínsecas ao cenário em que vive e a maneira como se dá esta relação com o seu meio é hegemônico.

Os impactos decorrentes de inúmeras mudanças na sociedade e na forma de vida das pessoas, que vem ocorrendo a cada dia de forma acelerada, tem ocasionado grandes mudanças

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, Especialista em Ensino da Matemática, Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, Licenciatura em Matemática, Professor da Educação Básica e Dirigente Municipal de Educação. E-mail: [gilmelogil@hotmail.com](mailto:gilmelogil@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, Especialista em Psicopedagogia Institucional, Licenciatura em Pedagogia.  
E-mail: [jfernandinho2.2@hotmail.com@email.com](mailto:jfernandinho2.2@hotmail.com@email.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista em Educação Inclusiva e Práticas Docente.  
E-mail: [cidaraulinho@hotmail.com](mailto:cidaraulinho@hotmail.com)

na sociedade, em seus padrões, seus valores, suas virtudes, não ficando de fora às relações de trabalho, num cotidiano inconstante. O universo digital tem tomado cada vez mais espaço na vida de crianças, jovens e adultos, por se tornar cada vez mais democrático. A vulgarização, permitida a partir do processo de globalização e universalização dos meios de comunicação, têm substancialmente influenciado e alterado padrões de comportamentos e relações com a informação e o conhecimento das pessoas.

Por outro lado, no chão das salas de aulas das escolas, estas mudanças não ocorrem com tamanha velocidade. Acompanhar este ritmo tem sido praticamente impossível pelas instituições escolares brasileiras. A escola ainda carrega a imensa responsabilidade de levar a diante os conceitos e definições dos conteúdos das mais diversas áreas. Segue padrões e rotinas que perpassaram gerações e habitam nos dias atuais. O hoje traz uma enxurrada de elementos, antes não “descobertos” ou inexistentes que entram, muitas vezes em desarmonia com os processos desenvolvidos em escolas na contemporaneidade. Se nós nos detivermos, por exemplo, há algumas profissões, num curto intervalo de tempo, teremos funções, que há dez anos não existiam e hoje são essenciais. Tudo isto, de certa maneira, tem mudado hábitos e carecido de um olhar cuidadoso e atento aos novos perfis e novos desafios que as escolas precisam enfrentar, para com seus estudantes.

Esta “nova sociedade”, já não têm as mesmas necessidades e nem os mesmos problemas. As ações escolares precisam entrar em consonância com esta era social. Pois, preparar estas crianças e jovens necessita da construção de diversas competências, além das cognitivas, tão valorizadas pelas escolas. É preciso preparar emocionalmente estes estudantes para o enfrentamento dos desafios atuais e para a construção de soluções para os problemas e entraves que fazem parte de seu meio. E, investir no desenvolvimento de tais habilidades, permitirá que estes processem, reflita, debatam, construam e reconstruam alternativas e tomem decisões que os levem ao progresso e pleno desenvolvimento.

Tão logo, com o intuito de buscar uma ampla compreensão e reflexão dos debates sobre currículo escolar e competências socioemocionais que possam elevar à educação a formação do estudante, em sua integralidade, a partir da compreensão de suas diretrizes curriculares e de como o mesmo está sendo materializado no chão das escolas, o presente artigo se debruçará sobre as concepções apresentadas nos principais instrumentos e referenciais da educação básica nacional e na compreensão teórica de importantes autores que abordam a temática, buscando compreender melhor, como de fato esta visão de totalidade do ser, precisa ser percebida e trabalhada na escola.

Assim, amparando-se no princípio de que aprender envolve aspectos que vão além dos cognitivos, como o tão necessário desenvolvimento socioemocional, em suas diversas competências, este estudo focará sobre a compreensão das competências socioemocionais, estabelecidas na Base Nacional Curricular Comum, que embasa(rá) a (re)estruturação dos currículos e conseqüentemente das práticas metodológicas dos professores no processo de construção da aprendizagem. Compreender, como na prática estas competências se firma(rá) e promove(rá) mudanças em hábitos e atitudes dos estudantes, tona-se fator importantíssimo para a tarefa de formar cidadãos críticos, responsáveis e conscientes, por determinar rumos da civilização humana.

É claro que não se pode deixar de se reportar a construção histórica em que se firmou a educação, que nasceu e se estruturou em torno da transmissão de conteúdos, consagrados pela sociedade e privilegiados pelo pensamento lógico. “*Penso, logo existo*”, como dizia Descartes, é uma prova desta valorização.

Para [Saviani \(2008\)](#), o currículo deve ser entendido como um conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Considerando então, como atividades substanciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder sua especificidade e que a seleção do conhecimento a ser desenvolvido não deve dar-se de maneira aleatória, mais voltada para o necessário que o ser humano deve conhecer para enfrentar os problemas do dia-a-dia. Tão logo, não o bastante, apenas o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, mais que incorpore também as “prioridades” demandadas pelas condições de existência concreta em que vive o homem e assim poder de fato contemplar a forma de organização da sociedade atual, assegurando sua plena compreensão por parte de todos os estudantes.

As demandas atuais, marcadas por velozes transformações, instituem novas exigências e necessidades que precisam ser refletidas, carecendo assim, de repensar sobre as crenças que subjazem as práticas docentes nas escolas, a luz de seus currículos, no campo acadêmico, remetendo-se a necessidade de transformação e integração, de recolocar o ser humano na sua condição inerente de totalidade, como afirma ADEB (1996),

Integrar é "tornar inteiro, completar", é re-unir (unir de novo) o que na realidade nunca foi separado, foi apenas pensado em separado. Tornar inteiro é resgatar a unicidade, recompor as células, restituir o ser. (ABED, 1996: 6).

Tão logo, fica claro que não é possível conceber, apenas com o desenvolvimento da cognição, esta totalidade que o ser humano carece. O ser humano tem emoções, estabelece vínculos com os objetos do conhecimento, com os seus semelhantes, com o mundo a sua

volta. Chora, rir, sofre, se encanta, deseja, fantasia, teoriza... Somos seres de relação e repletos de vida, cheios de infinitos universos e não há como ignorar isso.

Contudo, busca-se aqui, imergir nas concepções existentes sobre o currículo escolar e a emergente necessidade de compreensão das competências socioemocionais, presentes num importante instrumento de fomento aos currículos escolares que é a Base Nacional Curricular Comum, que têm colocado os holofotes da educação voltados para novas prioridades pedagógicas, considerando assim que, além do desenvolvimento cognitivo, as competências socioemocionais deverão ser aprendizagens essenciais nas salas de aula.

## **CURRÍCULO ESCOLAR: UMA BREVE INCURSÃO PELA HISTÓRIA**

Considerando, inicialmente, o currículo como tudo aquilo que uma sociedade concebe sobre o essencial que os alunos precisam aprender nas escolas, ao longo de sua vida estudantil, deve-se buscar, sobretudo, uma aguçada compreensão sobre as decisões que os envolve, principalmente sobre diferentes teorias a ele aplicadas. Compreender estas teorias possibilitará um melhor entendimento sobre as práticas aplicadas em sala de aula e o tipo de sociedade que esta “forma”.

Primeiramente, antes de prosseguir, valem destacar, duas principais vertentes sobre o currículo escolar, uma que está centrada no conhecimento formal e outra que está centrada no aluno. A centrada no currículo formal é mais remota e considera o currículo como algo fixo, uma fonte de saber universal e inquestionável, que por vez, compreende que a escola deve ser o lugar ideal de assimilação deste conhecimento. Esta, conseguinte, prioriza a apropriação do conhecimento, como patrimônio científico cultural acumulado, utilizando-se de uma didática frontal, expositiva, fácil de observar e aprender. A segunda, centrada no aluno, entende que o currículo escolar deve preceder do conhecimento reconstruído pelo aluno a partir de suas referências culturais, trazendo a concepção do conhecimento como emancipador. Ambas trazem consigo em comum, esta aproximação de conhecimento emancipatório, no entanto, divergem ao tratar o papel do professor e o da escola.

Diante da polarização existente entre a concepção de currículo, um dos entendimentos, apresentados por Fourquin (1993) é que ele implica em um contínuo conjunto de situações de aprendizagem às quais o indivíduo vê-se exposto, por um determinado período, sob o comando de uma instituição de ensino formal, associando assim, a ideia de que currículo é um programa de aprendizagem, que segue uma organização padrão, pensado mediante o conteúdo de ensino e para o público a que se destina, com nuances educacional e cultural,

substancialmente, marcados pela estruturação e pela circulação do saber, pela transmissão de conteúdos cognitivos e simbólicos (FOURQUIN, 1993. P.24).

No Brasil, muitos são os autores contemporâneos que trabalham com enfoque cultural, dialogando com o papel social da escola, em preparar cidadãos críticos e conscientes. Antonio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau, traz a concepção de que o currículo deve ser entendido como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, sendo responsáveis pela construção das identidades dos estudantes. Nestes termos, o currículo é associado a um conjunto de ações e esforços desenvolvidos com intenção educativa (MOREIRA, CANDAU, 2008, p. 18). Tão logo, associa-se a este entendimento, que o currículo parte, não somente da necessidade do estudante, mais dos interesses sociais, econômicos e políticos.

## **BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM E CURRÍCULO ESCOLAR: O QUE OS UNE?**

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento de caráter normativo para todas as escolas do Brasil, que define um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais, que devem ser asseguradas nos processos educacionais construídos nas instituições escolares, nas etapas e modalidades da educação básica, garantindo aos estudantes o desenvolvimento pleno dos direitos de aprendizagens e de desenvolvimento do saber, embasados nos preceitos do Plano Nacional de Educação (PNE), definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), situado no § 1º do Artigo 1º, que estabelece que a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias, carecendo assim, de instrumentos legais, que norteiem todo o processo educativo. Tal concepção é estabelecida na Constituição Federal CF (1988), onde em seu artigo 205, estabelece que a educação, como direito fundamental do ser humano, compartilhado entre o Estado, família e sociedade, ao determinar que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, para atender as finalidades propostas, faz-se necessário que se tenha, de maneira clara, organizada e objetiva, instrumentos que norteiem e embasem as ações necessárias a construção do saber formal nas instituições escolares. Visando atender a estas

finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, em seu artigo 210, traz elementos que reconhece a necessidade de se estabelecer conteúdos mínimos para o desenvolvimento do ensino fundamental, visando assegurar a formação básica do estudante, respeitando seus valores culturais e artísticos.

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Aqui, podem-se compreender dois conceitos importantes e decisivos para o desenvolvimento do currículo nas escolas brasileiras. Um trata da necessidade de se definir o que é básico-comum, o que não pode faltar nas propostas escolares, que são essenciais para a formação dos estudantes. O outro é o que é diverso, em matéria curricular. Assim, pode-se compreender que as competências são de natureza comum e o currículo de natureza diversa, uma vez que o mesmo deve atender as necessidades locais e regionais de seu território de abrangência. É importante perceber, que os conteúdos curriculares precisam estar a “serviço” das competências, uma vez que a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais e não obstante, dos conteúdos mínimos estabelecidos.

Recorrendo-se ao Artigo 26 da LDB, tem-se uma melhor definição do que é básico comum e do que é diverso:

os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Tal entendimento aponta para a necessidade de se ter uma orientação curricular que permita ser contextualizada pela realidade local, social e individual de cada instituição escolar e de seus estudantes.

Assim, a BNCC deverá ser referência nacional para a (re)formulação dos currículos escolares de todas as escolas do território, que neste sentido, consoante aos marcos legais estabelecidos, o PNE, traz a importância da construção e consolidação deste instrumento, que

é a BNCC, para todas as escolas brasileiras, visando fomentar a qualidade da educação nacional, pois, o mesmo definirá os direitos e objetivos de aprendizagem e de competências e habilidades que os estudantes devem adquirir ao longo dos anos de estudo.

## **COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO CONTEXTO DA BNCC E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PLENA DO ESTUDANTE**

O que de fato um indivíduo necessita para seu pleno desenvolvimento no terceiro milênio, em meio a uma realidade de transformações rápidas e constantes? O que a escola pode fazer? Como ela pode contribuir para que o seu desenvolvimento seja pleno e integral? Tais indagações não encontrarão respostas em apenas uma concepção. Os desafios não serão tão simples de se resolverem. Para estes indivíduos alcançarem o “sucesso” devem ir muito além dos conhecimentos cognitivos, firmados nas instituições escolares formais. É de fato sabido que, a cada dia a sociedade exige um perfil cada vez mais apurado e “completo” do ser humano, de pessoas capazes de resolver problemas e conflitos, com criatividade, autonomia e eficiência. De viver de maneira ética e enfrentar os grandes desafios diários, com resiliência e sabedoria. Tudo isso exige competências que vão além dos conteúdos curriculares estabelecidos no currículo formal das escolas. Assim, surgem as chamadas competências socioemocionais.

De fato, faz necessário levar em consideração que competências têm a ver com o repertório linguístico das conversações no mundo contemporâneo. É um fator-chave nas políticas públicas de educação. Alguns autores asseveram que seu conceito tem origem na idade média (p.ex., Brandão, 2007; Brandão & Guimarães, 2001), que ao passar dos anos, foi ganhando diversos significados. Compreender seus conceitos faz-se necessário remeter-se aos conceitos de inteligência cognitiva e inteligência emocional, na busca por uma profunda compreensão. É importante considerar que a inteligência cognitiva está relacionada à capacidade de pensar e analisar informações e a situação que as fazem acontecer

Bisquerra (2000, 2009) destaca cinco importantes componentes presentes na competência socioemocional. O primeiro é a consciência emocional de si e de outras pessoas, incluindo aqui a capacidade de captar o clima emocional em um contexto específico. O segundo componente é a regulação emocional, que se diz respeito à capacidade de gerenciamento das emoções do indivíduo, responsável pelos aspectos cognitivos que são essenciais na consolidação de estratégias de enfrentamentos, na medida em que potencializa as emoções positivas e, por conseguinte, reduzem as emoções negativas. O terceiro é o

componente da autonomia emocional, que evidencia a atitude positiva em relação a si mesmo e a vida, tornando a autoestima elevada e promovendo e reconhecendo os limites pessoais, recorrendo, em caso de necessidade, à ajuda externa. O quarto está relacionado ao domínio de habilidades sociais, em que se evidencia a capacidade de se comunicar, de ser assertivo, de adotar atitudes respeitadas para com as demais pessoas, sendo primordial para o convívio interpessoal. O quinto componente refere-se às habilidades de vida e bem-estar, que estão elencadas como a capacidade de adotar comportamentos apropriados e responsáveis na solução de problemas pessoais, familiares, profissionais e sociais, preservando o bem-estar pessoal e social.

As valiosas contribuições das ideias de Lev Vygotsky irão colaborar para um melhor entendimento do papel da mediação da cultura e das interações sociais na formação do ser humano, assim como as noções de desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores humanas em processos intersubjetivos e intrasubjetivos, a distinção entre “significado” e “sentido” e o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal que projetam luzes significativas sobre a promoção do desenvolvimento humano a partir do processo de aprendizagem e de construção de competências.

Igualmente também, torna-se necessário, imergir nas concepções de Jean Piaget, que propõe que o conhecimento é uma construção que se dá da interação do sujeito ativo com o meio que ele está inserido, conduzindo-o a constantes processos de desequilíbrio e equilíbrio.

Muitos são os questionamentos envolvidos na tarefa de (re)inserir as habilidades socioemocionais como intencionalidade nos currículos escolares. Muito ainda precisa ser estudado a fundo para se ter uma melhor compreensão, uma visão holística, embasada em autores e teóricos sobre tema em tese.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As discussões sobre currículos escolares sempre foram pautadas de debates, no entanto, recentemente têm ganhado um amplo espaço nas escolas brasileiras, a partir da BNCC, que se configura em um documento norteador, alicerce, que pretende nortear os rumos da educação básica em seus segmentos e/ou etapas, trazendo o desafio de que cada instituição escolar elabore seus currículos tendo-a como referência. É importante frisar, que este documento foi construído com ampla participação dos professores e agentes educacionais de todo o Brasil e que o mesmo orienta também que cada escola considere as particularidades metodológicas, sociais e regionais a qual está inserida. De fato, muitos estudos têm se firmado



visando expandir a compreensão do que se deve priorizar no ensino. A Base é um documento normativo, que define um conjunto orgânico progressivo de aprendizagens essenciais que precisam ser firmados no chão das escolas, por todo o país. Indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes possam desenvolver ao longo de sua escolaridade. Ela se baseia nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica e soma-se aos propósitos de se construir uma educação completa, que ultrapasse as concepções estritamente conteudistas e compreenda o estudante como um ser de relações, conflitos, sentimentos e emoções.

A BNCC estabelece três grupos de competências gerais, essenciais para o desenvolvimento desta integralidade do ser, que se inter-relacionam e perpassam todas as áreas e componentes curriculares, que devem ser desenvolvidas ao longo da trajetória escolar da educação básica, sendo: competências pessoais e sociais, competências cognitivas e competências comunicativas. Tais competências têm por objetivo:

[...] explicar, por meio de diferentes linguagens, fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais, valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais; argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam os direitos humanos, o acesso e a participação de todos sem discriminação de qualquer natureza e a consciência socioambiental (BRASIL, 2017, p. 6).

E em relação às competências pessoais e sociais, a BNCC estabelece os princípios de:

[...] conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, e reconhecer e gerir suas emoções e comportamentos, com autocrítica e capacidade de lidar com a crítica do outro e a pressão do grupo; exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito; fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos baseados nas diferenças de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/ necessidade, fé religiosa ou de qualquer outro tipo; agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 7).

Tão logo, os estudos abordados neste artigo nos remetem a compreender que os currículos devem ser concebidos como tudo aquilo que a sociedade considera como necessário para o desenvolvimento da aprendizagem e que encaminhem os estudantes, a partir de sua implementação, para operar o conhecimento construído em situações que requer aplicá-los em seu meio e poder tomar decisões pertinentes para a resolução de problemas, tornando-o “competente”, assim como prepara-los para o convívio em sociedade, dotando-os de múltiplas competências, inclusive as socioemocionais. Não limitando o valor do

conhecimento para seu significado para quem aprende, mais o entendendo como dinâmico, que pode ser visto diante de novas ideias e evidências.

Incluir nos currículos escolares habilidades socioemocionais, que são habilidades não cognitivas, torna-se imprescindível para a completude na formação do ser. E considera-las, pode impactar positivamente no aprendizado dos estudantes. A educação das emoções, além de promover o pensamento autônomo, desenvolve potencialidades.

As competências socioemocionais abrangem principalmente os campos do autoconhecimento, e, se autoconhecer permitirá que o estudante possa conhecer a si mesmo, seus pensamentos, suas forças, suas fraquezas; do autocontrole, que o colocará na capacidade de controlar suas emoções e seus desejos; da automotivação, que o fará buscar estímulos internos para motivar a si mesmo; da empatia, que o permitirá se colocar na situação do outro e da habilidade de relacionamento, tão necessária para se viver em sociedade, promovendo o relacionar-se bem com as outras pessoas, em sua diversidade. A relevância dada a estas competências é evidenciada, inspirada em paradigmas holísticos da educação, geralmente veiculadas ao desenvolvimento humano e promotoras de oportunidades, conforme estabelece o IAS (2014), em seu documento:

[...] a ênfase recai em aspectos socioemocionais que capacitam as pessoas para buscarem o que desejam, tomarem decisões, estabelecerem objetivos e persistirem no seu alcance mesmo em situações adversas, de modo a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento e de suas comunidades e países. (IAS, 2014, p. 5).

Tão logo, aponta-se para a emergente necessidade de se firmar uma educação que englobe o desenvolvimento de práticas pedagógicas que conspiram para a construção destas competências socioemocionais, que prepare os estudantes para enfrentarem os diversos desafios da vida diária e que possa garantir também a construção dos conhecimentos cognitivos destes estudantes, em harmonia com os aspectos emocionais, pois, formar crianças e jovens para “lidar” com os desafios do século XXI, requer um conjunto de competências necessárias para aprender a viver, a conviver e a trabalhar em um mundo cada vez mais complexo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É salutar que se compreenda a escola como um espaço de construção do conhecimento e de desenvolvimento de competências e habilidades, desde as cognitivas, às socioemocionais. Não devendo, portanto, que se estabeleça uma visão de escola num contexto terapêutico, ao se tratar destas competências. Não diz respeito a fazer diagnósticos ou a tratar

possíveis situações que não condigam com certos perfis. O que deve ser considerado é a oportunidade de, no chão da escola, considerar a multiplicidade de aspectos que fazem parte da vida do ser humano e que está inerente em qualquer situação de convivência.

É preciso que a escola conceba seu currículo de modo a não sobrepor os conteúdos ao contexto do estudante, que estes não sejam desenvolvidos de forma isolada, dissociada da realidade, que se estabeleça a implementação de um currículo que tenha como elemento central, o conhecimento. Considerar os conhecimentos já adquiridos pelos estudantes e suas experiências nas ações e praticas em sala de aula torna-se essencial. Ser base para a formação de seres humanos capazes de contribuir para a formação de uma sociedade cognitivamente melhor e emocionalmente consciente, responsável, resiliente, completa.

## REFERENCIAS

ABED, Anita. **O jogo de regras na psicopedagogia clínica**: explorando suas possibilidades de uso. São Paulo: PUC-SP. Pós-Graduação em Psicopedagogia. Monografia, 1996. Disponível em: [www.recriar-se.com.br](http://www.recriar-se.com.br).

BISQUERRA, R. (2000). *Educación emocional y bienestar*. Barcelona: Praxis.

BISQUERRA, R. (2009). *Psicopedagogía de las emociones*. Madrid: Síntesis.

BRANDÃO, H. P., & Guimarães, T. de A. (2001). **Gestão de competências e Gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto?** *Revista de Administração de Empresa*, 41(1), 8-15.

BRANDÃO, H. P. (2007). **Competências no trabalho: uma análise da produção científica Brasileira**. *Estudos de Psicologia*, 12(2), 149-158.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category\\_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

FOURQUIN, Jean Claude. Escola e Cultura. **As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Competências socioemocionais:** material para discussão. Rio de Janeiro: IAS, 2014.

SAVIANI D. **Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes.** In: Saviani D, Lombardi JC, organizadores. Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR; 2008. p. 223-74.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura.** Série Indagações sobre Currículo. MEC, Brasília, 2008.